

“Cristianismo prático”: ambiguidades de um projeto antimoderno

"Practical Christianity": ambiguities of an anti-modern Project

Edilson Márcio Almeida da Silva *

Resumo

Polêmicas recentes têm colocado em foco certas relações estabelecidas entre representação política e pertença religiosa no Brasil. Combinando análise bibliográfica e de notícias veiculadas pela grande imprensa, o objetivo deste artigo consiste na evidência de um dos sentidos subjacentes à presença dos evangélicos na vida pública brasileira. Para tanto, o texto está estruturado em três partes. Primeiramente, aborda a reconfiguração do campo religioso nacional, enfocando mais particularmente a expansão quantitativa dos segmentos evangélicos ao longo das últimas décadas. Em seguida, discute os efeitos dessa reconfiguração sobre o campo político, procurando apontar os modos de presença de tais segmentos na esfera e espaço públicos. Por fim, explorando a ideia de “cristianismo prático”, aponta que, para além da política, os evangélicos vislumbram instaurar um projeto maior e mais ambicioso, para cuja consecução todo e qualquer fiel desempenharia um papel de suma importância.

Palavras-chave: Cristianismo Prático. Evangélicos. Política. Religião. Modernidade.

Abstract

Recent controversies have focused on certain relationships established between political representation and religious belonging in Brazil. Combining bibliographic analysis and news published by the mainstream press, the objective of this article aims to highlight one of the meanings underlying how evangelicals is present in Brazilian public life. To this end, the text is structured in three parts. Firstly, it discusses the national religious field reconfiguration, focusing on the quantitative expansion of the evangelical segments over the last few decades. Next, it discusses the effects of this reconfiguration on the political field, seeking to point out how these segments are present in the public sphere and space. Finally, exploring the idea of “practical Christianity,” it points out that, beyond politics, evangelicals aim to implement a larger and more ambitious project in which every believer would play an important role.

Keywords: Practical Christianity. Evangelicals. Policy. Religion. Modernity.

Artigo submetido em 10 de novembro de 2024 e aprovado em 22 de setembro de 2025.

* Doutor e Mestre em Antropologia Universidade Federal Fluminense. Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. Professor Associado IV do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-9811-3972. E-mail: edilsonmas@yahoo.com.br

Introdução

“O homem não apenas pensa, ele age. Ele não tem só ideias, mas valores” (Dumont, 1992, p. 66).

Na tarde de 25 de fevereiro de 2024, milhares de manifestantes se reuniram na Avenida Paulista (São Paulo)¹ para participar de um ato em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro. Trajados de verde e amarelo, atendiam à convocação do próprio Bolsonaro, numa reação às investigações da Polícia Federal sobre um suposto plano de golpe de Estado urdido para depor o recém-eleito Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT)². Além de manifestantes anônimos, o protesto reuniu dezenas de parlamentares opositores ao novo governo, bem como alguns chefes e vice-chefes de Executivos estaduais³. A despeito de tantas presenças ilustres, o direito de discursar ficou restrito a apenas sete pessoas, três das quais, por diferentes razões, viriam a se destacar.

Uma delas foi o ex-presidente que, discursando por último, procurou contestar as acusações de articulação golpista que teria sucedido sua derrota nas eleições. Antecedendo-o, o pastor e idealizador da manifestação, Silas Malafaia, incumbiu-se de apresentar o discurso mais inflamado do dia, com vitupérios e críticas exasperadas ao Supremo Tribunal Federal (STF). Surpreendentemente, em meio à plêiade de exortações, a de maior repercussão adviria da fala de abertura, proferida por Michelle Bolsonaro, então presidente do PL Mulher, o braço feminino da legenda. Num discurso permeado por referências bíblicas, a ex-primeira-dama arrebatou a plateia com provocações como a seguinte: “Por um bom tempo, fomos negligentes a ponto de falarmos que não poderia misturar política com religião, e o mal tomou o espaço. Chegou o momento da libertação”.

¹ A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo estimou um público de aproximadamente 600 mil pessoas na Avenida Paulista e 750 mil pessoas quando levado em conta o público presente nas ruas adjacentes. Já o Monitor do Debate Político Digital, da Universidade de São Paulo (USP), apontou a presença de 185 mil pessoas no referido ato.

² No início de fevereiro de 2024, o ex-presidente Jair Bolsonaro — além de militares de alta patente, ex-ministros e ex-assessores do seu governo — foram alvo de uma operação da Polícia Federal que investigava a tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito nos períodos que antecederam e se seguiram às eleições presidenciais de 2022, em uma tentativa de garantir a manutenção de Bolsonaro como presidente da República. As investigações apontaram que o grupo formulou uma minuta, com a participação do presidente, que previa uma série de medidas contra o Poder Judiciário, incluindo a prisão de ministros da Suprema Corte. Esse grupo também teria promovido reuniões para impulsionar a divulgação de notícias falsas contra o sistema eleitoral brasileiro e monitorado o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, responsável por autorizar a supracitada operação, batizada de *Tempus Veritatis*.

³ Os governadores que participaram da manifestação foram Jorginho Mello (PL-SC), Romeu Zema (Novo-MG), Ronaldo Caiado (União Brasil-GO) e Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP). Também estiveram presentes os vice-governadores Felício Ramuth (PSD-SP) e Celina Leão (PP-DF).

Estampando as manchetes de veículos de comunicação do Brasil e do Exterior, a declaração de Michelle Bolsonaro reverberaria fortemente, trazendo à baila uma controvertida discussão em torno da laicidade do Estado – que, juntamente com o pluralismo, constitui um dos princípios basilares da assim chamada modernidade. Considerando-se que tais princípios podem ser representados de diferentes maneiras, o objetivo deste artigo consiste em discutir alguns aspectos subjacentes à interpenetração entre política e religião, que se erige concomitantemente ao desenvolvimento, entre protestantes evangélicos, do que se poderia chamar uma nova forma de ser e estar no mundo: o “cristianismo prático”.

No que se refere à estrutura formal, o artigo está dividido em três partes. Na primeira, o foco incide sobre a reconfiguração do campo religioso brasileiro, mais particularmente sobre a expansão quantitativa dos segmentos evangélicos ao longo das últimas décadas. Em seguida, a atenção se volta para os efeitos dessa reconfiguração sobre o campo político, procurando-se apontar os modos de presença de tais segmentos na esfera e espaço público nacionais. Por fim, a partir da ideia de “cristianismo prático”, discute-se como, para além do âmbito político-partidário, os evangélicos aspiram a um projeto de sociedade para cuja consecução todo e qualquer fiel desempenharia um papel de suma importância.

1. A ética protestante e o espírito do expansionismo

“Crescei e multiplicai-vos”⁴. Talvez nunca as palavras das Escrituras tenham feito tanto sentido quanto na atualidade. Pelo menos no que diz respeito ao protestantismo evangélico e, mais particularmente, à sua vertente pentecostal, cujo expressivo recrudescimento pode ser atestado pela produção de conversões e massas de fiéis na China, Coreia do Sul, Singapura e Filipinas, além de países do continente africano⁵. Conjugando razões de ordem diversa, o sucesso do

⁴ Excerto do Livro do Gênesis, 1:28 (Bíblia Sagrada, 1950, p.34).

⁵ De acordo com o *Global Christianity: a report on the size and distribution of the world's christian population*, publicado pelo Pew Research Center, a “parcela da população cristã na África Subsaariana aumentou de 9% em 1910 para 63% em 2010, enquanto na região da Ásia-Pacífico subiu de 3% para 7%” (Pew Research Center, 2011). Em se tratando especificamente do avanço do protestantismo evangélico em países como Moçambique, Uganda e Tanzânia, um importante fator vem sendo as ações missionárias que, combinadas a outras estratégias de difusão religiosa, teriam possibilitado a um país de tradição cristã relativamente recente como a Nigéria contar, na atualidade, com “mais que o dobro de protestantes (amplamente definidos para incluir anglicanos e igrejas independentes) do que a Alemanha, o berço da Reforma Protestante (Pew Research Center, 2011). No que se refere à região Ásia-Pacífico, o aumento da presença evangélica tem sido proporcionalmente menor, mas nem por isso desprezível. Estima-se que só na China existam, nos dias correntes, cerca de 18 milhões de protestantes, o que corresponde a 90% dos cristãos chineses adultos

movimento pentecostal parece estar relacionado com a notável capacidade de vinculação da sua mensagem às crenças locais, bem como de “incentivar formas flexíveis, variadas e facilmente apropriadas de organização, teologia e liturgia com as quais difunde-se entre os mais diversos segmentos da população em diferentes contextos nacionais” (Selmán, 2019).

A exemplo do que ocorreu em outras partes do mundo, o avanço do pentecostalismo assegurou a presença evangélica por quase toda a América Latina, sobretudo ao longo das últimas décadas. Como aponta Fábio Lacerda, essa expansão tem sido desigual, haja vista que se, “em 2019, no Uruguai, apenas um décimo da população se declarava evangélica, os evangélicos em Honduras perfaziam mais de 50% da população” (Lacerda, 2022, p. 295). Analisando o continente em geral, Pablo Selmán assinala que o avanço do protestantismo teve um ritmo mais acelerado a partir dos anos 1970, processando-se de modo concomitante ao declínio da população católica, que passou de 94% para 69% da população, ao passo que os evangélicos saltaram de 1% para 19% (Selmán, 2019).

O Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) indica a ocorrência de algo similar no Brasil, uma vez que a proporção de católicos tem seguido uma tendência de redução observada nas décadas anteriores, passando de 73,6%, em 2000, para 64,6%, em 2010. Por seu turno, a população evangélica assistiu a consolidação do seu crescimento, saltando de 15,4%, em 2000, para 22,2%, em 2010, num aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões). Embora ainda se mantenha majoritário, o catolicismo vem perdendo adeptos desde o primeiro Censo (1872) quando, de uma população estimada em 9,9 milhões de habitantes, 99,7% eram católicos⁶ e apenas 0,1% (cerca de 10 mil) eram registrados como evangélicos (especialmente migrantes europeus que vieram para o Brasil originários de países protestantes)⁷.

Fato é que os evangélicos foram o segmento religioso que mais cresceu no

(Pew Research Center, 2023). Como as estimativas sobre o país variam, há quem diga que, na verdade, o número de protestantes evangélicos seja ainda maior, tendo saltado “de menos de um milhão em 1949 para talvez 60 ou mais milhões hoje” (Mariani, 2018)

⁶ Esse percentual incluiria a maioria dos escravos e dos indígenas, então classificados como católicos (Alves, 2022).

⁷ A título de ilustração pode-se mencionar o caso da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, que desembarcou no Brasil em 1824 para acompanhar os imigrantes alemães, bem como o da Igreja Batista, que veio para o país com os imigrantes dos Estados Unidos nos anos 1860. Por essas e outras, o século XIX é considerado um marco da presença evangélica no Brasil, presença essa seminalmente estabelecida pelas denominações históricas ou de missão (Luterana, Batista, Metodista, Presbiteriana, Episcopal e Congregacional).

Brasil no último período intercensitário, o que, segundo analistas, autoriza a conclusão de que o Brasil estaria passando por um processo de transição religiosa. Combinando dados disponíveis no Censo Demográfico 2010 aos de fontes como o Latinobarômetro, o Pew Research Center e o Datafolha, José Eustáquio Diniz Alves estima que, mantidos a continuidade da queda das filiações dos católicos no ritmo de 1,2% ao ano e o aumento de 0,8% dos evangélicos, os primeiros devem responder por 38,6% das filiações religiosas em 2032, enquanto os segundos passarão a contar com 39,8% de fiéis em igual período (Alves, 2022). Prognóstico similar é apresentado por Victor Araújo, para quem, mantidas as taxas de crescimento do Censo 2010, a transição religiosa será completada ainda “antes de 2030, o que elevará os evangélicos à condição de grupo religioso majoritário no Brasil” (Araújo, 2002, p. 41).

Conforme mencionado, em 2010, os evangélicos correspondiam a 22,2% da população do Brasil ou, em termos numéricos, a 42.310.000 de um total de 190.732.694 habitantes. Dado o lapso temporal decorrido desde então, há razões de sobra para se supor que tais números estejam defasados. Como assinala Bruno Caniato, “a expectativa é que os dados do Censo 2022, que ainda precisam ser detalhados, apontem uma representação evangélica de mais de 30% da população” (Caniato, 2024). Considerando-se que, em 1º de agosto de 2022⁸, a população brasileira era de 203.080.756 habitantes, estima-se que, naquele então, o número de evangélicos girava em torno de 61.000.000.

De acordo com uma reportagem da revista Veja (Caniato; Silva; Dall'agnol, 2024), esse crescimento teria como reflexo a expressiva expansão das igrejas protestantes, que dobraram o número de templos na última década e, hoje, já passam de 100 mil. As líderes em abertura de templos são denominações de segmentos pentecostais, com especial destaque para a Assembleia de Deus que, entre os anos de 2010 e 2019, “inaugurou mais de 9.000 igrejas abertas em todo o território nacional, uma disparada de 115% em dez anos” (Caniato, 2024).

Cabe salientar que, embora o uso corrente do termo “evangélico” tenha contribuído para revesti-lo de um aparente monolitismo, a literatura

⁸ Segundo os primeiros dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca do Censo Demográfico de 2022.

especializada destaca a significativa pluralidade do protestantismo no Brasil. Como nota Joanildo Burity, isso se deve, entre outros fatores, ao “notável perfil fissíparo das igrejas evangélicas brasileiras” (Burity, 2020, p. 206), algo que, segundo ele, viria a se exacerbar no âmbito pentecostal. Se as primeiras décadas do século XX notabilizaram-se pelo advento do pentecostalismo clássico, com a fundação da Assembleia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil, décadas depois, entre os anos 1950-60, o movimento sofreria a sua primeira fissão, desembocando na instituição da Igreja do Evangelho Quadrangular e, por corolário, do deuteropentecostalismo (Mariano, 1999). Por seu turno, a década de 1970 se estabeleceria como o marco originário de uma nova vertente, o neopentecostalismo, cujas principais representantes, no Brasil, foram denominações como a Igreja Universal do Reino de Deus, a Internacional da Graça de Deus, a Comunidade Sara Nossa Terra e a Renascer em Cristo.

Como se vê, não há como abordar o campo evangélico sem levar em conta suas especificidades, conflitos e contradições internas. Mas, por outro, também não há como desconsiderar certos princípios comuns que ligam seus diferentes agentes e agências. Essa convivência dinâmica entre similitudes e diferenças possibilita que, conforme o caso, os fiéis atuem como cristãos por oposição a não-cristãos, evangélicos a católicos, pentecostais a evangélicos de missão, neopentecostais a pentecostais clássicos e assim por diante. Na prática, isso significa que, sem compartilharem de uma identidade homogênea, genérica ou estável, os evangélicos movem-se em meio a fronteiras simbólicas que podem ser arrefecidas, a depender do contexto e dos interesses em jogo, produzindo efeitos diretos e/ou indiretos sobre a conjuntura política nacional. Senão, vejamos.

2. “Irmão vota em irmão”⁹ ou aprender a jogar o jogo e jogá-lo

⁹ Cunhada por Josué Sylvestre (1986), em um livro homônimo, a expressão “irmão vota em irmão” pode ser entendida, concomitantemente, como um reflexo e um chamamento à mudança de atitude política dos evangélicos no contexto de redemocratização do país. Membro da Assembleia de Deus e assessor do Senado na Constituinte de 1986, Sylvestre questionava a ideia dominante de que “política não era lugar para crente”, sustentando que, pelo contrário, este deveria ter uma participação ativa nessa esfera social. Conforme o seu entendimento, ao se omitir politicamente, o “irmão na Fé” estaria “colaborando para o fortalecimento de outras religiões e ideologias que ele, crente, considera erradas e fora dos ensinamentos bíblicos” (Sylvestre, 1986, p.62). Tal entendimento foi sintetizado nos seguintes termos: “Católico vota em católico. Comunista vota em comunista. Umbandista vota em umbandista e IRMÃO VOTA EM IRMÃO” (Sylvestre, 1986, p.54). A máxima em tela seria popularizada alguns anos depois por Paul Freston (1993), em uma pesquisa de fôlego na qual o sociólogo descreve e analisa o recrudescimento da bancada evangélica a partir da segunda metade dos anos 1980. Segundo ele, a ascensão dos protestantes teria derivado da decisão política tomada pela cúpula de algumas agremiações religiosas, com destaque para a Assembleia de Deus que, de forma pioneira, optara por se organizar internamente e escolher candidaturas para apoiar. Como mostra Freston, naquele então, o apoliticismo dos evangélicos viria a ser colocado em xeque e uma verdadeira revolução começaria a se estabelecer, sobretudo, entre os

A expansão quantitativa dos evangélicos no Brasil tem promovido uma reconfiguração tanto do campo religioso quanto do político. Do surgimento do primeiro parlamentar protestante, nos anos 1930¹⁰, à eleição de 93 deputados evangélicos no pleito de 2022, a atuação política deste grupo religioso tem apresentado uma constante ampliação. Nesse ínterim, há que se destacar o importante salto de doze parlamentares evangélicos em 1982 para 32 em 1986, o que, salvo melhor juízo, representa um ponto de inflexão nesse processo. Como assinala Fábio Lacerda, as eleições de 1986 notabilizaram-se, entre outras razões¹¹, por viabilizarem a ascensão parlamentar de um expressivo número de candidatos pentecostais, dos quais treze seriam oriundos da Assembleia de Deus, dois da Igreja do Evangelho Quadrangular e um da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) (Lacerda, 2002).

Em busca de melhores condições para a defesa dos seus interesses na vida pública, algumas igrejas pentecostais encontraram no pleito de 1986 e no contexto de redemocratização a oportunidade para a adoção de um “modelo de representação corporativa” orientado pelo apoio a candidatos oficiais e realização de campanhas nas congregações. Um dos efeitos desse tipo de atuação tem sido o progressivo engajamento do eleitorado evangélico que, não raro, acompanha o ativismo político de suas lideranças. Foi justamente por essa via que a IURD veio a se tornar “o caso mais conhecido de representação corporativa pentecostal no Brasil e, também, o mais exitoso” (Lacerda, 2002, p. 310), figurando, ao lado das Assembleias de Deus, como co-responsável pelo sucesso eleitoral dos evangélicos, sobretudo no que tange às eleições legislativas.

Fundada no Rio de Janeiro em 1977, a história da IURD se confunde com a do neopentecostalismo brasileiro, cujos impactos se fariam sentir com maior ou menor intensidade em praticamente todos os segmentos evangélicos. Sua instauração teve como ponto de partida a ruptura de jovens pastores com os modos de pensar e o tradicionalismo religioso dos assim chamados pentecostais

pentecostais consoante a gradativa adesão ao lema “irmão vota em irmão”.

¹⁰ O pastor da Igreja Metodista Guaracy Silveira é apontado como o primeiro parlamentar evangélico do Brasil, tendo chegado ao Congresso Nacional em 1933, quando os protestantes ainda eram uma pequena minoria. Provavelmente, sua atuação soaria estranha aos evangélicos dos tempos correntes, uma vez que o deputado era favorável ao divórcio e contrário ao ensino religioso nas escolas públicas, além de opor-se à inserção do nome de Deus na Constituição (Magenta, 2022).

¹¹ Foi essa eleição que formou a Assembleia Constituinte da qual resultaria, anos depois, a Constituição de 1988, vigente até os dias atuais.

clássicos. Enquanto estes se pautavam por um ascetismo religioso que, com base em rígidos princípios, rejeitava os valores do mundo e defendia a plenitude da vida moral e espiritual, os representantes da nova geração pentecostal entendiam que o mundo estava passando por importantes mudanças e que era necessário adaptar-se àquela realidade. Em suma, não haveria mais espaço para a difusão de preceitos segundo os quais a salvação dos fiéis adviria da simples reclusão ou isolamento. Ao invés disso, a salvação tinha que ser buscada, preconizando-se, assim, a adoção de uma nova postura assumidamente proativa.

O transbordamento da perspectiva neopentecostal para outros grupos religiosos viria a estimular certas práticas, como indicações e apoios a “candidaturas legislativas por parte de igrejas” e/ou, concomitantemente, a sua “mobilização para a defesa de interesses supradenominacionais” (Giumbelli, 2008, p. 90). Nesse sentido, pode-se mencionar, por exemplo, o caso da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), um agrupamento político-partidário majoritariamente composto por parlamentares autodeclarados protestantes¹². Contando com 132 deputados e 14 senadores no ano de 2023, a FPE já figura, há algum tempo, como um dos maiores e mais atuantes colegiados do Parlamento. Além da filiação religiosa, seus membros compartilham valores e visões de mundo alinhados ao conservadorismo, articulando-se na defesa de pautas como o Estatuto do Nascituro, que pretende acabar com o aborto legal no Brasil.

Uma mostra da atuação da FPE encontra-se na polêmica envolvendo o Projeto de Lei 1904/24, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nos casos de gravidez resultantes de estupro. De autoria do líder da FPE, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), a proposta altera o Código Penal, que hoje não pune o aborto em caso de estupro, nem prevê restrição de tempo para o procedimento em tais circunstâncias¹³. Dada a repercussão negativa nas redes sociais e a sucessão de manifestações em diferentes capitais do país, o então presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), acabou por fazer um recuo estratégico,

¹² Deve-se ressaltar que nem todos os parlamentares evangélicos pertencem à FPE. Por outro lado, ela tem signatários não necessariamente atrelados à fé evangélica, mas que orientam seus votos em grupo. Decorre daí a dificuldade de se precisar o número de fiéis e denominações religiosas que, de tempos em tempos, a integram.

¹³ No caso da eventual aprovação do projeto, o aborto realizado após 22 semanas de gestação passaria a ser punido com reclusão de seis a 20 anos.

garantindo que o projeto seria apreciado na hora oportuna, após a criação de uma “comissão representativa” com todos os partidos para analisar a proposta¹⁴.

Quanto a isso, cabe lembrar que o posicionamento dos evangélicos em torno da chamada “agenda de costumes” foi um elemento crucial da aproximação e do subsequente apoio conferido a Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e 2022. Como bem sabemos, desde a primeira candidatura ao Palácio do Planalto, Bolsonaro buscou se comportar como um ferrenho defensor daquilo que chama de valores cristãos. Afinado com bandeiras francamente conservadoras – dentre as quais figuram a preservação da “família tradicional”, a oposição à “ideologia de gênero” e a rejeição a todas as formas de “aborto” –, o “capitão” jamais se esquivou frente ao compromisso de que, independentemente da laicidade do Estado, ele seria um “presidente cristão”, num aceno inequívoco a este segmento religioso.

Como asseveram Ricardo Mariano e Dirceu André Gerardi, as relações entre Bolsonaro e as lideranças evangélicas se iniciaram bem antes da eleição de 2018. Na verdade, elas datam desde, pelo menos, as mobilizações de oposição ao material didático distribuído pelo MEC para o combate à homofobia, em 2011. A partir daí, o ex-militar adotaria uma linha de atuação claramente compatível com a agenda política de tais lideranças, o que redundou em episódios carregados de simbolismo, como o propalado batismo no Rio Jordão, em 2016. Não menos emblemática foi a utilização do lema “Deus acima de tudo” nos discursos públicos, que remetia à imagem de um Estado Cristão como divisa fundamental de sua atuação, possibilitando, por conseguinte, a chegada à eleição de 2018 com um considerável apoio de igrejas evangélicas, que reconheciam nele um defensor dos seus princípios e valores (Mariano e Gerardi, 2020).

Embora a eleição de Bolsonaro tenha conferido maior visibilidade à interpenetração entre representação política e pertença religiosa, cabe ressaltar que, tanto o apoio dos segmentos evangélicos a “candidatos oficiais” para cargos legislativos, quanto a adesão a candidaturas de não-evangélicos para o Executivo,

¹⁴ Não bastasse o conteúdo do projeto que, atentando contra os direitos reprodutivos femininos, pretende fazer do aborto um crime mais grave que o estupro que o motivou, outro ponto sensível denunciado pelos críticos diz respeito à celeridade com que foi feito o encaminhamento da matéria. Segundo o noticiário, um requerimento de urgência de tramitação foi aprovado na plenária da Câmara, no dia 12 de junho de 2024, após uma votação simbólica de aproximadamente vinte segundos, na qual sequer teria havido o anúncio do número do projeto (Braz, 2024).

já se configuravam como parte de um conjunto de mudanças em curso no Brasil. Não é de hoje que a cada eleição recrudesce o número de candidatos religiosos (Vasconcellos, 2022), bem como o de pastores dedicados à militância política, seja por meio do apoio aos postulantes de sua preferência, seja do lançamento das próprias candidaturas. Como aponta Marcelo Ayres Camurça, tais fenômenos põe em relevo a coexistência de duas dinâmicas que seriam, a um só tempo, antagônicas e complementares, uma vez que, por um lado, “a religião contamina diretamente as regras do funcionamento da esfera pública e política com sua cosmologia, moral e valores”, mas, por outro, “critérios laicos e humanistas influenciam religiões nas suas concepções da realidade” (Camurça, 2018, p. 139).

3. "Estamos orando pelo Brasil...", mas não só!

Nos últimos tempos, o princípio da laicidade do Estado tem sido posto à prova de múltiplas maneiras. Com Bolsonaro à frente do Executivo Federal, a situação se tornaria patente. Desde a composição ministerial, com representantes de várias denominações evangélicas¹⁵, passando pelo espaço a elas concedido na agenda presidencial¹⁶ e pela indicação de um nome “terrivelmente evangélico” para o Supremo Tribunal Federal (STF)¹⁷, diversas foram as sinalizações dos vínculos entre Bolsonaro e esse grupo religioso. Segundo Ricardo Mariano e Dirceu André Gerardi, o ponto de intersecção entre o ex-presidente e os evangélicos residiria numa variante extrema do neoconservadorismo que se sintoniza perfeitamente com o princípio pentecostal da Batalha Espiritual. No caso, diante do descontentamento em comum com as pautas apoiadas pela esquerda, a retórica do “nós contra eles” viria a ter centralidade e ser gradativamente infundida, o que levaria, inclusive, à demonização dos adversários como inimigos a serem combatidos (Mariano e Gerardi, 2020).

Ao longo da última década, a retórica da alteridade anti-esquerdista tem

¹⁵ O governo Bolsonaro chegou a dispor, num mesmo período, de seis ministros protestantes: Onyx Lorenzoni (luterano), da Casa Civil; André Mendonça (presbiteriano), da **Advocacia-Geral da União**; Milton Ribeiro (presbiteriano), do Ministério da Educação; Damares Alves (Evangelho Quadrangular), do **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**; Luiz Eduardo Ramos (batista), da Secretaria-Geral da Presidência; e Marcelo Álvaro Antônio (Igreja Cristã Maranata), do Ministério do Turismo.

¹⁶ Conforme um levantamento do jornal Extra, Bolsonaro teve 40 compromissos oficiais com lideranças evangélicas ao longo de 2019 — 23 encontros no Palácio do Planalto e 17 eventos, incluindo seis cultos e duas marchas para Jesus (Extra, 2020).

¹⁷ Quase dois anos depois de empenhar sua palavra durante um culto organizado pela FPE na Câmara dos Deputados, Bolsonaro indicou o pastor e advogado-geral da União (AGU), ministro André Mendonça, para o STF. A escolha foi formalizada no Diário Oficial da União no dia 13 de julho de 2021.

sido largamente explorada por Bolsonaro e seus apoiadores. Não raro, eles fazem menção à existência de dois projetos de Brasil que, sob inúmeros aspectos, seriam radicalmente antagônicos. De acordo com tal perspectiva, teríamos, de um lado, “aquele que quer defender o aborto” e, “de outro, quem defende o feto desde sua concepção”; “quem defende a ‘ideologia de gênero’” e “quem defende a inocência das crianças em sala de aula”; “quem defende a liberação– das– drogas” e “quem não quer a liberação das drogas”; quem defende a família tradicional e “quem quer desgastar os valores familiares” (Queiroz, 2022). Diante da crise moral que se teria instituído nas últimas décadas, as forças conservadoras seriam instadas a adotar uma agenda agressiva, norteadas pela restauração dos códigos tradicionais (Berger, 1983), bem como pela promoção de um conjunto de ações multissituadas, uma vez que a batalha do Bem contra o Mal não incidiria apenas sobre a esfera política, no sentido estrito do termo.

Esse posicionamento foi didaticamente exposto numa entrevista do pastor Silas Malafaia à revista *Veja* (2022). Na ocasião, o líder da Igreja Vitória em Cristo¹⁸ explicou que o ativismo político dos evangélicos estaria relacionado ao fato de que, diferentemente dos católicos, eles aprenderam a se comportar como empreendedores de “um cristianismo prático, para ser vivido 100% do tempo e não em duas horas de culto”, um cristianismo que, sem se ater às pautas religiosas, teria por objetivo produzir “engrenagens para influenciar a política, o Judiciário, a cultura, as ciências, as artes, a economia e também o empresariado”. De acordo com as declarações do “conselheiro” de Bolsonaro, mais do que simplesmente justificável, a presença do religioso nos mais variados domínios da vida social (inclusive no político-partidário) corresponderia a algo bem-vindo, desejável e, pode-se dizer, necessário. Isso porque, se o Mal é um inimigo onipresente, com alcance e esfera de ação difusos, as estratégias para combatê-lo também haveriam de ser.

Na esteira do ativismo político, a presença generalizada do religioso representaria, assim, um dos aspectos centrais de um projeto mais amplo desenhado em diálogo com doutrinas como as Teologias do Reino Presente, do Domínio e da Batalha Espiritual. Guardadas as suas especificidades, pode-se

¹⁸ A Vitória em Cristo é uma das ramificações da Assembleia de Deus, a mais popular denominação pentecostal do Brasil, reunindo cerca de um terço dos evangélicos.

afirmar que um traço comum a tais doutrinas diz respeito à ruptura com a perspectiva milenarista de “movimentos religiosos que esperam a salvação iminente, total, última, coletiva e neste mundo” (Talmon, 1968, p. 349). De indelével importância para a constituição dos evangélicos como potência política e social, a referida ruptura ocorreria concomitantemente ao desenvolvimento de uma nova mentalidade, segundo a qual, ao invés de permanecerem à espera da segunda vinda de Cristo, os fiéis deveriam trabalhar ativamente pelo usufruto da vida e pela restauração do Reino de Deus na Terra. Na prática, isso significaria dar um passo adiante na superação da tradicional rejeição por atividades “mundanas”, como a política, o que teria por corolário “a mudança de uma fuga do mundo para uma conquista do mundo” (Magenta, 2022).

Como esclarece José Luís Pérez Guadalupe, as doutrinas pós-milenaristas ganharam forte impulso na América Latina a partir dos anos 1990 (Guadalupe, 2020). No caso do Brasil, elas têm contado com uma visibilidade cada vez maior, fazendo-se notar nas ocasiões mais diversas, como mostra o referido ato em defesa de Bolsonaro, na Avenida Paulista. Conforme mencionado, um dos momentos de maior repercussão do evento foi a polêmica declaração de Michelle Bolsonaro de que os cristãos teriam sido “negligentes” ao acatar a secular separação entre política e religião, permitindo, com isso, que “o Mal” avançasse, ocupando “o espaço”. De acordo com a ex-primeira-dama, o momento atual exige uma revisão radical desse ponto de vista. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, dizia ela, acrescentando que seus correligionários não estavam irmanados “num propósito de poder. Mas em propósito de libertação. Em um propósito de prosperidade para o Brasil” (Poder360, 2024). Recorrendo a exortações que mesclavam política e religião, a discursante fazia questão de exaltar sua crença em um “Deus todo poderoso que é capaz de restaurar e curar a nossa nação”. Seria essa, enfim, a razão de todos e cada um estar ali: “ser usados como instrumentos de benção para abençoar as pessoas” (Poder360, 2024).

Tais declarações põem em evidência uma importante mudança na forma como, pelo menos, uma parcela dos evangélicos têm lidado com as “coisas do mundo”. Se, em tempos pretéritos, o ascetismo religioso os ensinava a manter relações de evitação com o plano profano, as novas motivações teológicas os

orientam a, pelo contrário, avançar sobre ele, de modo a combater seus malefícios. Consoante a gramática urdida por pentecostais e neopentecostais, protestantes evangélicos vêm deixando de se enxergar como alvos em potencial das armadilhas do “mundo” para se colocar como sujeitos capazes de transformá-lo conforme os seus próprios termos. Essa inversão lógica constituiria um dos aspectos fundamentais da assim chamada dessecularização, que se caracteriza pelo “retorno não tradicional à tradição ético-religiosa, com efeitos ambivalentes e de distorções” (Martelli, 1999, p. 164-165), algo relativamente comum nas relações envolvendo religião, modernidade e tradição.

Concepções convencionais de modernidade tendem a associá-la aos princípios do secularismo e do pluralismo. No que concerne ao secularismo, ainda que muitos o considerem “parte da modernidade” (Asad, 2003), há quem prefira encarar com cautela tal equação (Berger; Luckmann, 2004)¹⁹, que, de resto, tem sido posta à prova, tanto em termos analíticos quanto práticos. Ao abordar os processos sócio-históricos que resultaram nos modos de presença dos católicos, espíritas e evangélicos no espaço público brasileiro, Emerson Giumbelli aponta que, ao contrário do que normalmente se apregoa, estes não se construíram por oposição ao secularismo e, sim, por dentro dele. Nas palavras do autor, “foi no interior da ordem jurídica encimada por um Estado comprometido com os princípios da laicidade que certas formas de presença da religião ocorreram” (Giumbelli, 2008, p. 81). Em se tratando especificamente dos protestantes evangélicos, pode-se dizer que foi, sobretudo, por meio do exercício dos seus direitos políticos, isto é, dos direitos de se organizar, votar e ser votado, que tal grupo assegurou para si uma posição legitimada na arena pública nacional, o que tem produzido resultados controvertidos, dentre os quais estariam as proposituras de projetos de lei de orientação dogmática ou, ainda, as profissões de fé contra a disjunção que opõe os domínios político e religioso.

No que se refere ao pluralismo, acomodações como a supracitada tenderiam a ser ainda menos prováveis. E não chega a ser difícil entender o porquê. Como assinalam Peter Berger e Thomas Luckmann, “modernidade

¹⁹ Ao discorrerem sobre a “teoria da secularização”, Peter Berger e Thomas Luckmann sustentam que sua aplicação fora da Europa e dos Estados “é simplesmente descabida”. Os autores são taxativos ao afirmar que o “chamado Terceiro Mundo estremece literalmente sob o ímpeto dos movimentos religiosos” (Berger e Luckmann, 2004, p.48).

significa um aumento quantitativo e qualitativo da pluralização” (Berger; Luckmann, 2004, p. 49), o que, na prática, implicaria na profusão de diferenças políticas, comportamentais e religiosas, bem como na diversificação dos interesses, experiências e modos de ver o mundo. Em contextos assim, nos quais pululam pensamentos divergentes, uma reação extrema poderia vir a ser a adoção de posturas fundamentalistas por meio das quais alguns segmentos buscam recolocar a família, a igreja e a comunidade na posição de centralidade do ordenamento social, de modo a revitalizar laços supostamente naturais. Em meio a um jogo de forças pouco favorável a conciliações, tais atitudes engendrariam uma modalidade particular de projeto que dialoga com o tempo de forma peculiar, para não dizer ambígua. Isso porque, se, por um lado, ela teria como leitmotiv uma idealização que pretende “explorar o futuro para domesticá-lo”, precipitando-o à sua vontade (Boutinet, 2002, p. 23), por outro, parece fazê-lo mirando o retrovisor, como que tomada pela nostalgia por um mundo intacto (Berger, 1983). E as ambiguidades não param por aí. Uma vez admitido que a modernidade “encontra no projeto um modo de expressão privilegiado” (Boutinet 2002, p.28), não há como deixar de reconhecer que, hoje, por obra de um estranho paradoxo, nos encontramos frente à frente com um projeto cuja marca distintiva parece residir na negação da própria modernidade.

Tendo no cristianismo prático sua expressão manifesta, tal projeto conjuga empreendedorismo moral, ocupação generalizada de espaços e influências recíprocas entre política e religião. A sua tônica pode ser depreendida da fala de uma vereadora da Câmara Municipal de Fortaleza (Ceará), que, confrontando abertamente o princípio da laicidade do Estado – segundo o qual a ética política deve ser desvinculada da religião e da moral privada –, teria justificado nos seguintes termos a interpenetração entre representação política e pertença religiosa: “De acordo com minha fé, acredito que Deus criou todas as coisas e nos orienta a governar todas as coisas: a cultura, as artes, a educação, o esporte etc. (...) Somos igreja e devemos desenvolver nossa fé em todos os lugares” (Freitas, 2020, p. 167 apud Silva; Sena, 2021, p. 115).

Conclusão

A exemplo do que se verifica em boa parte dos países da África Subsaariana, da Região Ásia-Pacífico e da América Latina, o Brasil tornou-se cenário de uma significativa expansão do protestantismo evangélico. Tal expansão – que coincide com o crescimento do movimento pentecostal, a partir da década de 1970, e a ascensão de igrejas neopentecostais nas últimas décadas – vem promovendo uma reconfiguração do campo religioso brasileiro, cujos efeitos se fazem sentir, com maior ou menor intensidade, em diferentes domínios da vida social. Um deles é, como vimos, o campo político, no qual os evangélicos assumiram lugar de destaque ao mobilizar pragmaticamente a liberdade de organização coletiva e o direito ao voto. Outro, em menor escala, seria o campo científico, no interior do qual, recentemente, ganharam certa visibilidade teorias como a do Design Inteligente que, apoiada em postulados bíblicos e da fé cristã, contrapõe-se ao evolucionismo ao defender que a origem do Universo e da vida teria derivado de um planejamento intencional, consciente e dotado de “intenção criadora”. Apontada por especialistas como uma vertente do criacionismo, a teoria do Design Inteligente costuma ser difundida por seus paladinos, não como uma filosofia ou doutrina teológica, mas como “ciência, e em sua mais pura essência”, posto que seguiria “o método científico (observação, hipótese, experimentos e conclusão), alicerçando-se em dados física, da bioquímica, da biologia, da cosmologia e de ciências afins” (Eberlin, 2020).

Crescente e capilarizada, a atuação dos evangélicos, inclusive em domínios outrora improváveis, obedece a uma gramática própria, na qual o “englobamento do contrário” (Dumont, 1997) opera como um princípio estruturante das relações, definindo o que deve ser considerado hierarquicamente superior e aquilo que, por contraposição, acaba por ser tomado como secundário ou adventício. É, por exemplo, em conformidade com tal princípio que membros de um Governo eleito democraticamente se sentirão encorajados a afirmar que o Estado é laico, mas eles não; que um ministro será indicado a uma cadeira no STF por ser reconhecido como “terrivelmente evangélico”; ou, ainda, que um núcleo de pesquisas universitário exibirá publicamente dizeres como: “Não tenho

ancestral símio. Sou filho do Deus criador”²⁰. Como sugerem os casos supracitados, seja na política, na justiça ou na ciência, os modos de presença dos protestantes parecem caminhar menos no sentido da adesão à modernidade e suas instituições do que no da afirmação e, por conseguinte, da busca de manutenção de valores, práticas e ideias a que se convencionou representar como tradicionais. Isto posto, não seria despropositado afirmar que, enquanto, no meio acadêmico, dedicamos tempo e energia a nos perguntar se algum dia chegamos a ser “modernos” (Latour, 1994), entre os evangélicos, a preocupação tem sido, justamente, a de evitar que alcemos essa condição.

Parafraseando o crítico literário Willi Bolce, pode-se definir a modernidade como um “conceito-expectativa” (Bolle, 2004, p.273). de difícil tradução prática. A rigor, ao longo da história, as promessas modernistas de progresso material, intelectual e moral jamais se cumpriram, revelando-se mais uma aspiração do que propriamente uma expressão do real. "Idealização característica de que é feita toda condição humana" (Boutinet, 2002, p. 28), a modernidade teria se tornado alvo de críticas, questionamentos e ataques vindos de toda parte, inclusive de religiosos. No que se refere particularmente aos adeptos do cristianismo prático, prevalece o entendimento de que ela representa uma ordem a ser abolida a fim de que outra, derivada de um mundo reconstruído, possa advir. Os termos dessa transição decerto requerem uma elaboração mais aprofundada e não poderiam ser senão sinalizados num artigo como este, que traz consigo as marcas de um investimento temático ainda inicial. Investimento que, no caso, vem à reboque de um interesse mais geral nas fronteiras simbólicas que ora se interpõem ao conjunto da população brasileira, comprometendo a sua convivência, bem como o salutar diálogo com a diferença.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. A aceleração da transição religiosa no Brasil: 1872-2032. **EcoDebate**: Plataforma de informação, artigos e notícias sobre temas socioambientais, 12 out. 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/10/12/a-aceleracao-da-transicao-religiosa-no-brasil-1872-2032-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/#:~:text=Nota%2Dse%20que%20a%20maioria,Brasil%20origin%C3%A1rios%2>

²⁰ Os dizeres estão em um adesivo colocado no acesso principal do Discovery Mackenzie, laboratório coordenado pelo químico Marcos Eberlin, onde funciona o Núcleo de Pesquisas em Ciência, Fé e Sociedade.

ode%20pa%C3%ADses%20protestantes Acesso em: 12 ago. 2024.

ARAÚJO, Victor. **A religião distrai os pobres?** O voto econômico de joelhos para a moral e os bons costumes. São Paulo: Edições 70, 2022.

ASAD, Talal. **Formations of the secular:** christianity, islam, modernity. Stanford: Stanford University Press, 2003.

BERGER, Peter. On the obsolescence of the concept of honour. *In*: HAUERWAS, Stanley; MACINTYRE, Alasdair (Ed.). **Revisions:** changing perspectives in moral philosophy. Notre Dame (Indiana): Notre Dame University Press, 1983, p.172-181.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido:** a orientação do homem moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BÍBLIA SAGRADA. Reedição da versão do Padre Antônio Pereira.de Figueiredo (vol.I). São Paulo: Editora das Américas, 1950. Disponível em: <https://www.evangelizandocommaria.com.br/livros/Biblia%20Sagrada%2001%20PA DRE%20ANTONIO%20PEREIRA%20DE%20FIGUEIREDO-compactado.pdf>

BOLLE, Willi. **Grandesertão.br.** São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2004.

BOUTINET, Jean-Pierre. **Antropologia do projeto** (5ª ed.). Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRAZ, Gabriella. Votação de urgência de PL que equipara aborto ao homicídio durou 23 segundos. **Correio Braziliense**, 13 jun. 2024, Política. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/06/amp/6877273-votacao-de-urgencia-de-pl-que-equipara-aborto-ao-homicidio-durou-23-segundos.html> Acesso em: 5 ago. 2024.

BURITY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. *In*: GUADALUPE, José Luís Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil:** os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p.195-215.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Religião política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 25, p.125-159, 2019.

CANIATO, Bruno. Quais são as igrejas evangélicas que mais cresceram na última década. **VEJA Brasil**, 14 mai. 2024, Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/quais-sao-as-igrejas-evangelicas-que-mais-cresceram-na-ultima-decada> Acesso em: 5 ago. 2024.

CANIATO, Bruno; SILVA, José Benedito da; DALL'AGNOL, Laísa. Igrejas evangélicas multiplicam templos e expandem influência política. **VEJA Brasil**, 4 jun. 2024, Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/igrejas-evangelicas-multiplicam-templos-e-expandem-influencia-politica> Acesso em: 5 ago. 2024.

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus:** o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992.

EBERLIN, Marcos. O design inteligente, tido como vertente do criacionismo, é uma teoria científica válida? SIM: É a maior novidade científica sobre nossas origens. **Folha de S. Paulo, Opinião**, 8 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/02/o-design-inteligente-tido-como-vertente-do-criacionismo-e-uma-teoria-cientifica-valida-sim.shtml>. Acesso em: 22 mai. 2022.

EXTRA. Bolsonaro teve 40 compromissos oficiais com evangélicos só em 2019. **Notícias – Brasil**, 16 fev. 2020, Notícias. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-teve-40-compromissos-oficiais-com-evangelicos-so-em-2019-24251823.html> Acesso em: 7 ago. 2024.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment Tese (Doutorado em Sociologia). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

GUADALUPE, José Luís Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, José Luís Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p.17-109.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, 28(2), p. 80-101, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p.1-215, 2010.

LACERDA, Fábio. Como o crescimento evangélico se transforma em representação política? Comparando Brasil, Colômbia e Chile. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 41 (2), p. 295-313, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300202200020006>

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

MAGENTA, Matheus. O que é ser evangélico?. **BBC News Brasil**, 31 ago. 2022, Notícias. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62551290> Acesso em: 12 ago. 2024.

MARIANI, Paul P. As apostas extremamente altas do acordo China-Vaticano. **Instituto Humanas Unisinos**. 12 5ez. 2018. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/585437-as-apostas-extremamente-altas-do-acordo-china-vaticano-artigo-de-paul-p-mariani> Acesso em: 5 set. 2025.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. In: GUADALUPE, José Luís Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p.329-350.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MARTELLI, Stefano. Ni secularización ni resacralización, más bien desecularización: la

teoría sociológica de la religión ante el cambio actual. **Religiones y Sociedad**, 7, p. 153-167, 1999.

PEW RESEARCH CENTER. **Measuring religion in China**: many chinese adults practice religion or hold religious beliefs, but only 1 in 10 formally identify with a religion, 2023. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2023/08/30/measuring-religion-in-china/> Acesso em: 4 set. 2025.

PEW RESEARCH CENTER. **Global Christianity**: a report on the size and distribution of the world's christian population, 2011. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2011/12/19/global-christianity-exec/> Acesso em: 4 set. 2025.

PODER360. Leia a íntegra do discurso de Michelle na avenida Paulista. **Poder360**, 25 fev. 2024, Poder Monitor. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-na-avenida-paulista/> Acesso em: 7 ago. 2024.

QUEIROZ, Fabrício. Bolsonaro defende liberdade e valores cristãos em Belém. **O Liberal**, 17 jun. 2022, Política. Disponível em: <https://www.oliberal.com/politica/bolsonaro-defende-liberdade-e-valores-cristaos-em-belem-1.550261> Acesso em: 12 ago. 2024.

SELMÁN, Pablo. Quem são? Por que eles crescem? No que eles creem? Pentecostalismo e política na América Latina. **Instituto Humanitas Unisinos**. 28 abr. 2019, Adital. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588669-quem-sao-por-que-eles-crescem-no-que-eles-creem-pentecostalismo-e-politica-na-america-latina>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SILVA, Emanuel Freitas da; SILVEIRA, Emerson José Sena da. Conflitos entre democracia parlamentar e religião reacionária na Câmara Municipal de Fortaleza. **Plural – Revista de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo**, v.28, n.1, p. 109-135, 2021.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia. Brasília: Editora Pergaminho, 1986.

VASCONCELLOS, Hygino. Puxadas por evangélicos, candidaturas de religiosos crescem mais de 15%. **UOL**, 17 ago. 2022, Eleições 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/17/eleicoes-candidaturas-de-religiosos-crescem-158-puxada-por-evangelicos.htm> Acesso em: 5 ago. 2024.

VEJA. ‘Não sou bolsominion’. Conselheiro de Bolsonaro, o pastor afirma que os evangélicos vão apoiar o presidente — mas que ele não diz amém a tudo o que o capitão faz. **Veja**, 22 abr. 2022, Páginas Amarelas. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/silas-malafaia-nao-sou-bolsominion/> Acesso em: 12 ago. 2024.